

Haverá sinceridade?

22/1/85

por Nelson Malangabi

Factos, depoimentos e informações várias põem em causa o cumprimento rigoroso do Acordo de Nkomati por parte da África do Sul. Mais do que isso: começam a pôr em causa a sinceridade e a seriedade com que os sul-africanos assinaram um Acordo de Não-Agressão com o nosso País.

Constantino Reis era alguém «bem colocado» nos bandidos. Ele permaneceu tempo considerável em centros de treino e conviveu com cabecilhas do banditismo na África do Sul. Conhece os mecanismos de ligação com a África do Sul, esteve em contacto com esses mesmo mecanismos até quase cinco meses depois de ter sido assinado o Acordo de Nkomati. Reis é categórico nas suas afirmações: a África do Sul continuou a apoiar os bandidos depois da Nkomati.

O jovem moçambicano cito alguns casos: um descarregamento de grandes quantidades de material foi feito na costa de Sofala, em fins de Março. Por outro lado, as transmissões por rádio prosseguiram sem qualquer alteração. Reduziu-se apenas o número de operadores em Pietersburg. Mensagens dirigidas aos bandidos, operando dentro do território moçambicano, continuavam a ser enviadas de território sul-africano.

As declarações de Constantino Reis não são únicas. Outros bandidos capturados ou que se entregaram às autoridades moçambicanas disseram o mesmo: a RAS continua a sustentar as acções de terrorismo em Moçambique. Simião Fernando, capturado em fins de Outubro na província de Inhambane, declarou que «três boers» tinham sido largados de pára-quadras numa base do distrito de Homoine. Diverso material chegava a essa base lançado de uma avioneta. Ele próprio participara no carregamento de diverso material que assim chegava.

Outros depoimentos confirmam a largada em pára-quadras de material bélico em Morrumbene, na província de Inhambane, em Hondo, província de Manica, na Gorongosa, e outros pontos.

MAIS DO QUE SUSPEITAS

Difíceis de entender são também as acções de sabotagem praticadas junto à fronteira. A forma especializada como são realizadas, o material sofisticado que é nelas utilizado, a sua proximidade da fronteira são reveladoras da sua origem. Somam-se inúmeros depoimentos da população fronteiriça, afirmando que os autores das sabotagens se infiltraram no território sul-africano.

A agência portuguesa ANOP, num despacho datado de fins de Dezembro, adianta a informação de a RAS estar a infiltrar mais bandidos em Moçambique, sobretudo na província do Maputo. Na emboscada criminoso feita a 14 de Dezembro na estrada da Namaacha foram recolhidos depoimentos da população da área afirmando que os bandidos tinham vindo de Kangwane, zona que a RAS pretendeu entregar à Suazilândia.

Órgãos da Imprensa internacional têm referido argumentos e provas de que a RAS prossegue o apoio aos bandidos, violando o que foi acordado em Nkomati. O correspondente da agência norte-americana UPI, publicou uma notícia, referindo uma fonte militar portuguesa, revelando que, pelo menos em matéria de comunicações, persistia o apoio sul-africano após Março de 84.

Igualmente meios diplomáticos têm manifestado explicitamente a preocupação de constatarem que apenas a RPM cumpre de forma visível o Acordo.

A medida que as acusações foram ganhando dimensão pública, o Governo sul-africano foi obrigado a repetir declarações de intenção. Fé-lo Pieter W. Botha em 28 de Maio do ano passado, respondendo àquilo que ele apelidou que «preocupações públicas». Na realidade, Botha respondia a artigos de denúncia surgidos na própria Imprensa sul-africana. Mais tarde, a declaração de Pretória repõe as intenções e as promessas. Há dias, o discurso volta a repetir-se. A RAS havia apostado na conquista de um espaço de credibilidade internacional.

Era preciso, pelo menos, mostrar a sua disposição em cumprir e fazer cumprir um Acordo que poderia servir de trampolim para um maior reconhecimento internacional do regime.

Internamente, o regime devia, no entanto, obedecer a um difícil equilíbrio, satisfazendo pressões dos empresários interessados numa melhoria da vizinhança e dos «ultras» que estiveram na origem da criação do banditismo. São estes últimos, na opinião de observadores internacionais, que sugerem aos centros de decisão que é um erro apressar a dissolução de uma arma de pressão sobre um regime que, ao fim e ao cabo, não realizou nenhuma viragem na sua orientação. E serão estes sectores que atrasam ou contrariam o cumprimento do Acordo.

Em qualquer dos casos, o não cumprimento e a continuação da violência põem em causa vidas de centenas de moçambicanos. Este facto não é tolerável nem autoriza compassos de espera. Já não são apenas os aliados naturais de Moçambique que exigem da RAS sinais mais evidentes da sua boa-vontade. São os próprios aliados naturais de Pretória. São, por exemplo, delegações de congressistas norte-americanos que visitam o nosso País.

ACÇÃO MILITAR É DECISIVA

E hábito o nosso País pautar as suas reacções de forma realista, madura e serena. Os moçambicanos sabem que o fim do banditismo depende, antes de mais, da sua própria acção no terreno. Tudo quanto se obtiver à mesa das conversações é resultado do avanço da luta no terreno. A resposta militar aos crimes lançados do exterior é decisiva.

A direcção do Partido alertou sempre para este facto. E resposta militar não quer dizer apenas **resposta das forças militares**. Quer dizer, mobilização popular contra o banditismo. Mobilização que se alcança passo a passo, organizando, resolvendo problemas, dando resposta e apoio à iniciativa de base.

Todos os moçambicanos têm ódio profundo aos bandidos. Todos têm consciência sobre a origem e o carácter dos bandidos. Todos sabem que quais são as suas tarefas e obrigações. Sabem que a violência que os mata continua a ser alimentada do exterior, por aqueles que já antes a apoiavam. Esperam que se cumpra integralmente o Acordo para que seque a fonte que nutre os bandidos. Mas estão prontos a responder, com toda a determinação, ao desafio de liquidar o banditismo mesmo que a RAS não se mostre disposta a fazer cumprir e a cumprir com a palavra dada em Março de 1984.